



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Ata da 24ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada de forma híbrida, no Plenário da CMJP, aos 9 dias do mês de maio do ano de 2024.

Composição da mesa na abertura dos trabalhos

Presidente

Vereador Valdir José Dowsley – Dinho (PSD)

Primeiro-Secretário

Vereador Marcílio Pedro Siqueira Ferreira – Marcílio do HBE (REPUBLICANOS)

Lista de vereadores presentes em plenário

Vereador Carlos Henrique da Costa Santos – Carlão Pelo Bem (PL)

Vereador João Bosco dos Santos Filho – Bosquinho (PV)

Vereador Odon Bezerra Cavalcanti Sobrinho (PSB)

Vereador José Freire da Costa – Zezinho Botafogo (PSB)

Vereador Antônio Luiz de Lima Filho – Toinho Pé de Aço (REPUBLICANOS)

Vereador Bruno Farias de Paiva (AVANTE)

Vereador Carlos Gustavo Gomes de Oliveira – Guga (PP)

Vereador Damásio Franca Segundo Neto (PP)

Vereador Durval Ferreira da Silva Filho (PL)

Vereadora Eliza Virgínia de Souza Fernandes (PP)

Vereador Emannuel Bezerra dos Santos (PV)

Vereador Francisco Henrique da Silva – Chico do Sindicato (AVANTE)

Vereador Gabriel Carvalho Câmara – Professor Gabriel (PSB)

Vereador Ives Rocha Leitão – Mikika Leitão (REPUBLICANOS)

Vereador João Carvalho da Costa Sobrinho – João Corujinha (PP)

Vereador José Luiz Pereira Gonçalves – Bispo José Luiz (REPUBLICANOS)

Vereador Junio Leandro Azevedo de Macedo – Junio Leandro Agente de Saúde (PDT)

Vereador Luís Flávio Medeiros Paiva – Dr. Luís Flávio (AVANTE)

Vereador Marcos Alexandre de Oliveira Lima Sobreira – Coronel Sobreira (NOVO)

Vereador Marcos Henriques e Silva (PT)

Vereador Kelson de Assis Chaves – Coronel Kelson (PP)

Vereador Thiago Nóbrega de Lucena (DEMOCRACIA CRISTÃ)

Lista de vereadores presentes de forma virtual

Vereador Marcos Bandeira Pequeno (AVANTE)

Vereador Fernando Paulo Carrilho Milanez Neto (MDB)

Vereador Marmuthe de Souza Cavalcanti (REPUBLICANOS)



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ABERTURA

Às 9h59, o Sr. Presidente disse: “Sob a proteção de Deus, em nome do povo pessoense, declaro abertos os trabalhos desta sessão ordinária”. Na sequência, o Sr. vereador Coronel Sobreira solicitou para fazer a leitura do texto bíblico, o que lhe foi concedido.

1 PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. Presidente colocou em votação a ata da 16ª Sessão Ordinária, que estava pendente aguardando parecer da Procuradoria da Casa, conforme Ato nº 10/2024, lido pelo Primeiro-Secretário, tendo sido aprovada com votos contrários dos vereadores Marcos Henriques e Junio Leandro. Aprovou ainda a ata da 23ª Sessão Ordinária, solicitada a dispensa de sua leitura, tendo em vista estar disponível no SAPL. Havendo consenso do Plenário, a ata foi considerada lida e aprovada. Em seguida, o Sr. Primeiro-Secretário procedeu à leitura dos documentos do expediente em mesa*.

Memorando nº 15/2024

Autoria: Gabinete do vereador Marmuthe Cavalcanti

Assunto: Formação da Bancada Parlamentar do Partido dos Republicanos.

Ato nº 10/2024

Autoria: Mesa Diretora

Assunto: Torna sem efeito e determina a retirada da ata do dia 04 de abril de 2024 toda e qualquer menção ao termo “título de *persona non grata*” ao ex-presidente da República, o senhor Jair Messias Bolsonaro, e dá outras providências.

1.1 Discussão e votação de requerimentos, ofícios e indicações ()**

Aprovados os requerimentos, os ofícios e as indicações que constam na pauta do Setor do Expediente (SAPL). Excepcionalmente aprovados os requerimentos de autoria do vereador Carlão pelo Bem, que tratam de inclusão de Projeto de Urgência nº 4 e de Projeto de Urgência nº 5. Conforme artigo 89, § 2º do Regimento Interno, foram retirados da pauta de votação os requerimentos, ofícios e indicações dos vereadores ausentes na sessão.

Em questão de encaminhamento, o Sr. vereador Damásio Franca Neto anunciou a data da realização de Audiência Pública das Leis de Diretrizes Orçamentárias, dia 28 de maio, e disse: “Cada vereador pode encaminhar até 5 emendas aditivas para colocar na LDO e a previsão de votação em plenária será no dia 18 de junho”.

Em questão de encaminhamento, o Sr. vereador Mikika Leitão anunciou o seu retorno à Câmara Municipal, dando continuidade ao exercício do seu mandato parlamentar.

O Sr. Presidente, vereador Dinho, referindo-se ao Ato nº 10, de autoria da Mesa Diretora, lido na data de hoje, disse: “Antes de começar a sessão e votar as matérias da pauta na Ordem do Dia de hoje, vamos acabar com a celeuma porque saiu a decisão da Mesa Diretora, peço ao vereador Marcílio a leitura do ato da mesa sobre aquela votação de *Persona non Grata* para a gente encerrar este assunto e tramitar a pauta normal no dia de hoje”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Pela ordem, o Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Senhor Presidente, a Procuradoria da Câmara está chamando todos os vereadores de incompetentes, porque está desconsiderando uma votação unânime da Casa. É um precedente sério iniciado, eu gostaria de fazer este registro. E dizer a Procuradoria que nós não somos incompetentes”.

Pela ordem, o Sr. vereador Junio Leandro disse: “Existe uma passagem no Regimento desta Casa que é clara quando diz que, quando não existe previsão regimental, o plenário é soberano. Então assim, querer a mesa diretora retirar uma propositura, votada pela unanimidade dos vereadores, eu acredito que a mesa diretora não tem este poder, já que o artigo é claro quando diz que o plenário é soberano. Então assim, o voto de repúdio foi aprovado e o título de pessoa não grata não precisava passar pelas comissões. Então, como não existe no Regimento este título, não existe, de forma simbólica através de um requerimento que foi pautado 24 horas antes, para que todo mundo, são 16 assessores se eu não me engano, então se ninguém prestou atenção, e aí eu não posso pagar, o voto está registrado no SAPL por unanimidade. E eu acredito, na minha inteligência, mínima, jurídica, de humildemente dizer que a mesa não tem poder de derrubar algo aprovado por todos os vereadores desta Casa. É só um registro que eu vou deixar aqui, obrigado, senhor Presidente”.

O Sr. Presidente Dinho disse: “Vou respeitar e não vou entrar em mérito aqui. É uma decisão da mesa, já foi decidido, já tem quatro assinaturas da mesa, quem não ficar satisfeito com a decisão da mesa recorra. A mesa tem poder sim para fazer, primeiro porque não existe pessoa não grata no Regimento desta Casa. Vereador Junio Leandro não vou discutir com vossa excelência, mas o requerimento não foi nem para voto de repúdio, foi um termo e no texto era outro, então a gente votou. Mas isso é uma decisão regimental amparada pela procuradoria desta Casa, pela mesa diretora, e essa celeuma vai acabar hoje, vai ser retirada da ata, a determinação da mesa foi desta forma e quem não estiver satisfeito procure recorrer e a mesa está aqui, a secretaria legislativa está aqui e a procuradoria desta Casa está aqui para servir a todos os vereadores. Eu não vou entrar em mérito, mas a gente votou um título que não existe nesta Casa, então está sendo anulado porque não existe, então não teria como a gente retirar a votação, mas o termo não existe, está retirado e já encaminho para a diretoria legislativa. Só comunicando aos vereadores para a gente acabar com essa celeuma, até porque tem uma ata pendente que não foi fechada ainda, está pendente para aprovação desde aquele dia e a gente precisa dar continuidade”.

O Sr. vereador Junio Leandro disse: “Eu gostaria que Vossa Excelência confirmasse esta dúvida, o voto de repúdio por todos os vereadores, que votaram pelo repúdio contra o presidente Jair Bolsonaro, este voto de repúdio está repudiado ou foi mantido por todos os vereadores?”.

O Sr. Presidente Dinho disse: “Vossa Excelência apresentou um requerimento que não existe, o de repúdio no texto de vossa excelência, que mandou no texto do seu requerimento, de *persona non grata* não existe, o repúdio existe, o de pessoa não grata não existe em nosso Regimento, foi assim colocado desta forma”.

1.1.1 Discussão das indicações em destaque

Não houve.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

1.1.2 Discussão dos requerimentos em destaque

Não houve.

1.2 Demais Matérias Legislativas Encaminhadas ()**

Em pauta do SAPL.

1.3 Demais comunicações

Não houve.

O Sr. Presidente Dinho inverteu a pauta e deu início a Ordem do Dia

2 ORDEM DO DIA (*)**

Apreciadas as seguintes matérias:

ITEM 01: VETO PARCIAL 160/2023

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1583/2023, DE AUTORIA DA VEREADORA ELIZA VIRGÍNIA, QUE "DISPÕE SOBRE A SEMANA ESCOLAR DE COMBATE À VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.

Parecer: da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa pela MANUTENÇÃO do veto.

Discussão: O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Presidente, a gente vê um projeto de lei que fala explicitamente sobre a semana escolar de combate à violência institucional contra crianças e adolescentes da cidade de João Pessoa, e aí, se tem o veto parcial. Então, quer dizer que a violência contra criança é parcial também? Se for parcial pode, se for parcial não pode. Eu espero que o veto parcial tenha sido em razões técnicas, porque se foi ampliando ou tirando direito de combate à violência institucional contra crianças e adolescentes, eu não posso concordar com esse veto, ainda que parcial. Então, tem que colocar as razões do veto aqui, para saber se o prefeito concorda parcialmente com a violência institucional contra crianças ou não, eu passo aqui a Bruno Farias que coloque ali as razões do veto parcial, para que a gente não faça até um pré-julgamento. É muito sério quando a gente apresenta um projeto de lei, dessa magnitude, da vereadora Eliza Virgínia, e vem um veto parcial. Então, me preocupa, não cabe a mim, agora, cabe mais à Prefeitura, o líder do governo apresentar aqui as razões do veto parcial, para que não fique parecendo que seja uma concordância da Prefeitura com a violência contra crianças e adolescentes de maneira parcial. Apenas, esse é o meu detalhe, agora, eu aguardo um pouco as explicações do veto parcial”. O Sr. vereador Bruno Farias disse: “Sr. Presidente, primeiro, dizer que o prefeito é integralmente a favor do projeto da vereadora Eliza, que visa instituir uma semana escolar de combate à violência institucional contra crianças e adolescentes no nosso município. Agora, nem o prefeito, nem nós podemos interpretar a Constituição de maneira parcial. O veto recai sobre o único artigo, o artigo 3º, porque esse artigo 3º atribui obrigações a órgãos da Prefeitura, fora o artigo 3º, o projeto se mantém íntegro, absolutamente, adequado aos pensamentos,



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

princípios e valores do vereador Carlão que são aqueles comungados por mim, pelos senhores vereadores e pelo senhor prefeito”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 20; contrários: 01(Marcos Henriques); abstenções: 00; ausentes: 05.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou mantido o veto.

Declaração de voto:

O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Presidente Dinho, por isso que o debate nessa Casa é mais importante do que a própria lei em si, porque quando vem o debate vêm às explicações. Então, a minha fala foi em defesa da criança e do adolescente e o vereador Bruno ratifica isso de modo que acompanho a votação do veto parcial”. O Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “Só registrar, Presidente, meu voto contrário também ao veto parcial”. O Sr. vereador Bispo José Luís disse: “Sr. Presidente, eu votaria contra esse veto, mas diante da explicação do líder, vereador Bruno Farias, então, eu resolvi acatar o veto, mas dizendo que sou favorável a toda preocupação com as nossas crianças, como já foi explicado à razão do veto, então, por isso, resolvi manter o meu voto favorável”.

ITEM 02: VETO PARCIAL 173/2024

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 1223/2022 QUE, "INSTITUI O PROGRAMA “VISÃO MELHOR” PARA IDOSOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", DE AUTORIA DO VEREADOR MARCÍLIO DO HBE.

Parecer: da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa pela MANUTENÇÃO do veto.

Discussão: O Sr. vereador Marcílio do HBE disse: “Uma das grandes preocupações, hoje, na questão do idoso, quanto à questão da sua locomoção, da sua movimentação, do seu caminhar, uma das coisas que mais afeta o idoso é a questão da visão, e no projeto a gente pede, unicamente, que seja feita uma política de tratamento da visão de seis em seis meses para o idoso, aonde a Secretaria de Saúde tem toda uma estrutura para fazer isso, tem clínicas conveniadas, tem médicos oftalmologistas, tem tudo. Então, pode ser feito também uma vez por ano, mas uma vez por ano eu acho que é quando você tem uma certa idade e eu, particularmente, acho que é um veto que o prefeito não viu essa matéria direito, e eu continuo dizendo que sou contra o veto a qualquer artigo deste projeto”. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Mais uma vez eu trago a importância do debate na Casa porque o debate que vai para as ruas, além da ação legiferante. Talvez, se a vereadora Eliza Virgínia estivesse aqui eu conseguisse entender que a supressão do art. terceiro do projeto de lei dela poderia matar o projeto, não foi isso que eu vi, mas, levando na linha do que traz o vereador Marcílio, sobre um programa de visão melhor para idosos no âmbito da cidade de João Pessoa, a gente tem que entender que, primeiro, idosos, hoje, são uma grande maioria da população da nossa cidade. Idosos se encontram na condição de pessoas vulneráveis. Idosos são extremamente frágeis e são enganados em suas casas porque não conseguem ver direito, assinando documentos. A visão e o projeto de lei do vereador Marcílio é extremamente importante para socorrer estes idosos. Então, um veto parcial pode ferir de morte o projeto de lei do vereador Marcílio. Então, é por isso que a gente está fazendo isso aqui. Esta Casa está de parabéns por proteger os vulneráveis. O projeto anterior foi para proteger crianças, agora para proteger idosos, o meu projeto de lei foi para proteger e salvar vidas. A gente precisa proteger os vulneráveis, se não formos nós, não será ninguém. Então, eu quero trazer o alerta para isso, comungo com a fala do vereador Marcílio, esse programa é extremamente importante, e a visão melhor que está indo para os idosos, para quem acompanhar esse veto, a Prefeitura está precisando fazer o que diz esse projeto, é ver melhor. São idosos que estão sendo aqui prejudicados e o que eu entendo é que a gente não pode



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

perder de linha ou de um acompanhamento melhor para os idosos da cidade de João Pessoa. A gente não pode perder isso, inclusive, eu quero acrescentar que este projeto, visão melhor, vá para a Prefeitura, porque não está vendo o que essa Casa está fazendo e o que a cidade quer”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Eu quero apenas lamentar que os projetos que são apresentados pelos vereadores, sobretudo as emendas impositivas, elas são totalmente desviadas. Vou dar um exemplo, projeto de visão, me lembrei e não posso me omitir quanto a isso. Nós apresentamos uma emenda para questão de tratamento oftalmológico para as comunidades, sabe o quê foi que a Prefeitura fez? Não permitiu e disse que a emenda vai ser usada onde ela quiser, vai ser usada para os alunos da rede municipal e não onde o vereador indicar. Se o vereador indicar que os idosos estão precisando de visão e vossa excelência indicar uma emenda para cuidar da questão oftalmológica dos idosos, não vai, vai para onde a Prefeitura quer. Então, não posso me omitir diante disso, diante dessa limitação que a Prefeitura está colocando e, ainda por cima, com a procuradoria da Prefeitura abonando tal autoritarismo. Então, eu fico aqui analisando qual a serventia de um vereador se não captar as necessidades das comunidades e poder aplicar. Então, fico aqui triste com isso e totalmente limitado por uma Prefeitura que quer podar os vereadores das suas emendas impositivas”. O Sr. vereador Professor Gabriel disse: “Eu quero dizer que eu concordo com o requerimento, com o projeto do vereador Marcílio. Apenas dando uma sugestão, apenas para agilizar porque, para mim, qualquer projeto de lei só serve se ele vier realmente atender à população. Não adianta a gente botar projetos de lei e que esse projeto de lei não atenda à população. Quando o vereador bota um projeto para que seja atendido o idoso de seis em seis meses, eu apenas queria dizer o seguinte, que fosse atendido pelo menos uma vez por ano para que tivesse um espaço maior para que atendesse aos idosos, porque não adianta colocar para seis meses e não ser atendido ninguém durante esses seis meses porque não tem como atender, mas sou totalmente a favor do projeto do vereador, agora, com essa flexibilidade para que fosse alterado. Eu queria aproveitar aqui e fazer um agradecimento ao prefeito Cícero Lucena por ter dado a ordem de serviço da reforma, ampliação e instalação de equipamentos para educação física da praça Antônio Mariz, localizada no Alto do Mateus, uma praça que lutei muito para que a gente conseguisse fazer isso e, sexta-feira, para felicidade nossa e felicidade do povo do Alto do Mateus, o prefeito Cícero Lucena atendeu o nosso requerimento, atendeu o nosso pedido pessoal e a praça vai ser totalmente reformada, vão ser colocados aparelhos para que aquela população possa fazer as suas atividades físicas do dia a dia, inclusive, a comunidade se comprometendo, assumindo o compromisso de tomar conta da praça. Depois da praça instalada a comunidade vai tomar conta da praça, vai conservá-la”. O Sr. vereador Bispo José Luiz disse: “Dizer a importância do projeto do vereador Marcílio do HBE, com essa visão, esse olhar, essa preocupação, essa sensibilidade em relação aos nossos idosos. Vereador Carlão estava aqui pontuando que a cidade de João Pessoa está envelhecendo, eu digo que isso é uma coisa a nível nacional e mundial. As populações estão envelhecendo e esse público precisa, sim, de uma atenção mais especial. Mas também quero dizer que o vereador Gabriel foi muito feliz na sua fala, de fato, nós que até já usamos óculos, uma vez por mês, oftalmologista orienta fazer um novo exame, então concorda que, pelo menos uma vez por ano, essa atenção do Poder Público seja dada a esse segmento dos idosos”. O Sr. vereador Bruno Farias disse: “Apenas ressaltar a importância e a nobreza do projeto apresentado pelo vereador Marcílio, que só recebeu o veto sobre o parágrafo único do artigo 1º. Todo o projeto foi conservado íntegro, apenas o parágrafo único do artigo 1º recebeu um veto porque empunha a Prefeitura realizar o exame pelo menos duas vezes por ano, e nós sabemos que um parlamentar não detém esse poder legiferante de determinar a realização de um exame, de impor a realização desse exame através de iniciativa legislativa, porque fere a Constituição Federal. Se a gente quiser fazer valer essa imposição, é preciso, antes, alterar a Constituição da República Federativa do Brasil. Sem alterá-la, a gente não tem como impor a realização desse exame



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

por parte da Prefeitura de João Pessoa. Então, repito, o projeto foi conservado íntegro, o Programa Visão Melhor para Idosos, no âmbito do município de João Pessoa, é lei, e apenas o parágrafo único do artigo 1º, por essa questão constitucional, é que teve o veto da Prefeitura de João Pessoa”. O Sr. vereador Mikika Leitão disse: “Quero parabenizar o companheiro Marcílio do HBE pelo projeto, até porque, vereador Marcílio, se trata dos idosos, e ninguém escapa da velhice. Segundo a Bíblia, segundo os nossos companheiros, a velhice é uma dádiva de Deus, então esse projeto chegou numa hora boa e eu o acompanho na íntegra”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 17; contrários: 7 (Marcílio, Mikika, Marcos Henriques, Carlão, Coronel Sobreira, Toinho Pé de Aço, Milanez Neto); abstenções: 00; ausentes: 02.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou mantido o veto.

Declaração de voto:

O Sr. vereador Bispo José Luiz disse: “Eu mantive a minha votação favorável ao veto, que foi parcial e somente vetou o parágrafo único, onde diz aqui que: ‘devem acontecer’. Nós que já estudamos Direito sabemos que ‘dever’ e ‘poder’ são diferentes. Se o vereador Marcílio colocasse ‘poderá’, certamente não seria vetado, mas ‘dever’ está impondo um dever ao Poder Público. É meu parceiro, é republicano, mas vamos pela justiça”. O Sr. vereador Fernando Milanez Neto reiterou seu voto contrário ao veto.

Em questão de ordem, o Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Acho que houve um problema na técnica da inclusão dos requerimentos, porque apresentei dois requerimentos no dia 08 do 05, às 11 horas e 26 minutos. O primeiro requerimento trata do seguinte termo: *‘Afirmo a Vossas Excelências, na forma regimental e após ouvir o plenário, a sanção tácita do Projeto de Lei 1500 de 2023 que dispõe sobre a implementação de instalação de painel nos edifícios residenciais e comerciais no município de João Pessoa, para fixação de anúncios em favor dos proprietários, dos corretores de imóveis, e diminuindo a poluição visual’*. Um segundo requerimento, Presidente, foi apresentado no dia 08 de maio, também, às 11 horas e 26 minutos, onde diz: *“Afirmo a Vossas Excelências, na forma regimental e após ouvir o plenário, a sanção tácita do projeto de lei número 29 de 2021...”*”.

O Sr. Presidente, vereador Valdir Dowsley - Dinho, disse: “Vereador Carlão, a gente está em votação. Vossa Excelência está pedindo uma questão de ordem”. Em seguida, pediu para o Sr. vereador Carlão Pelo Bem concluir a sua fala.

O Sr. vereador Carlão Pelo Bem concluiu: “...a sanção tácita ao Projeto de Lei ordinária 29 de dois 2021, que dispõe sobre a exigência para que a rede hospitalar de circunscrição do município de João Pessoa implemente programas de acompanhamento, orientação e informação sobre as consequências do aborto, à gestantes que estejam autorizadas legalmente a sua prática’. Presidente, eu faço essa observação porque esses requerimentos ainda não estão aqui para leitura, nem foram colocados em votação. Apenas para que sejam colocados os requerimentos”.

O Sr. Presidente, vereador Valdir Dowsley - Dinho, disse: “Não vão ser colocados esses requerimentos em votação, vereador Carlão, porque sua lei já foi assinada, então não há necessidade dos requerimentos. A publicação já vai ser efetivada, do projeto de Vossa Excelência, por isso que não foi para votação, porque já foi assinado o projeto de Vossa Excelência. O seu pedido já foi acatado e já foi assinado o projeto. Então não cabe, já foi para sanção o projeto de Vossa Excelência”.

ITEM 03: VETO TOTAL 175/2024

Autoria: Executivo Municipal



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Assunto: VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 38/2023 QUE, "ALTERA O §1º DO ARTIGO 138 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 53, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008, PARA ESTENDER O PRAZO DE VALIDADE DAS CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS MUNICIPAIS PARA 180 (CENTO E OITENTA) DIAS", DE AUTORIA DO VEREADOR THIAGO LUCENA.

Parecer: da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa pela MANUTENÇÃO do veto.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 24; contrários: 01 (Thiago Lucena); abstenções: 00; ausentes: 01.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou mantido o veto.

ITEM 04: MP 48/2024

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DO VENCIMENTO DOS SERVIDORES INTEGRANTES DO QUADRO PERMANENTE DO GRUPO FUNCIONAL DA GUARDA CIVIL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Senhor Presidente, eu, agora a pouco, consultei o vice-presidente da Guarda Municipal e sequer ele estava sabendo deste reajuste. Olha, o reajuste de 1.367 para 1.412, um reajuste de 3.2%. A Guarda Municipal não está sabendo desta proposta, o índice é irrisório, é um índice que se faz necessário uma negociação com os órgãos de classe, o que eu percebo aqui é uma imposição de um índice que sequer foi debatido com a categoria. A Guarda Municipal está tendo um achatamento salarial, o salário da Guarda Municipal, os menores do Brasil, o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração da Guarda sequer iniciou uma discussão. Então, eu me coloco aqui totalmente contra um projeto que, além de não ser discutido, achata a Guarda Municipal porque tem um reajuste menor ou igual a inflação, sem ganho real”. O Sr. vereador Coronel Sobreira disse: “Senhor Presidente, observando este reajuste dado pelo governo municipal, o que chama atenção é o que o vereador Marcos Henriques colocou, a categoria não ter sido chamada para discussão. Certamente eles têm uma associação, eles têm uma entidade representativa. Então, quando a gente fala que os órgãos de segurança não têm o seu devido valor é justamente nessas questões que a gente observa, não são valorizados como deveriam ser. Se exige muito dos órgãos de segurança, mas na hora de valorizar não se dá o devido valor”. A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “É interessante, o PT está fechado no Brasil para não dar aumento a ninguém, nem quando vê um aumento eles querem, a prova disso é inúmeras instituições federais como as universidades os institutos federais todos em greve porque o Partido do Trabalhador não quer dar aumento a servidor. E quando a Prefeitura vem dar um aumento a servidor, aí eles não querem, querem votar contra aumento”. O Sr. vereador Carlão pelo Bem disse: “Primeiro dizer que o reajuste dos servidores da guarda civil do município é necessário e importante, e que bom que veio. Cabe a esta Casa e a guarda municipal civil lutar para aumentar mais, porque esses profissionais precisam ser valorizados, e a gente sabe que uma das grandes preocupações da segurança pública de João Pessoa e da Paraíba é a falta de reconhecimento desses profissionais, entretanto o aumento chegou. A mesma coisa não pode ser dito, como bem falou a vereadora, greve nas universidades, a saúde vai entrar em greve, os caras que defendiam aumento e que tem agora a caneta e deviam dar o aumento não dão, porque o PT é isso, eles cobram dos outros, mas nunca fazem, a esquerda é isso, exige o aumento e se o aumento chega ainda ficam reclamando. O aumento é somente para eles, aumentar Ministérios, aumentar imposto, aumentar a violência, aumentar a



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

insegurança para a população”. O Sr. vereador Marmuthe Cavalcanti disse: “Eu quero saudar a todos os meus colegas, em especial os que fazem parte desta bancada, a mais expressiva e também qualificada. Quero agradecer a cada colega por confiar no meu nome para a liderança dessa bancada extremamente importante na Casa. Quero dizer da responsabilidade, do tamanho da responsabilidade que tenho com uma bancada, irei fazer sempre uma frente no sentido participativo, onde a gente vai discutir buscando sempre o melhor para João Pessoa, trabalhando com responsabilidade, pensando justamente e colocando o povo de João Pessoa em primeiro lugar”. O Sr. vereador Bruno Farias disse: “Apenas para deixar bem claro que não se trata de aumento, é um reajuste linear, é a recuperação com o salário mínimo. Nós queríamos que o salário mínimo, através de decisão do governo federal fosse maior, mas financeiramente, economicamente, a equação que o Poder Executivo Federal e o Congresso chegaram foi de R\$ 1.412,00, então se trata de um reajuste do que era anteriormente o salário mínimo para o valor atual. A Prefeitura está acompanhando o reajuste do salário mínimo que foi resultado dos estudos feitos pela equipe técnica do governo Lula”. O Sr. vereador Bispo José Luiz disse: “Eu fui até o relator desse projeto e foi uma questão de adequação porque o rendimento deles, o ganho deles, estava abaixo do salário mínimo, o que não é permitido, então foi feita essa correção de 284, agora, a gente não pode passar daquilo que o governo federal determina”. O Sr. vereador Junio Leandro disse: “O colega vereador Bruno foi bem claro quando disse que se trata apenas só de um reajuste em relação ao salário mínimo, o que não proíbe o gestor entrar com sua contrapartida nesse salário. Porque fica parecendo até que se não houvesse o reajuste do salário mínimo federal, não ia haver esse reajuste no salário base, ou seja, a Guarda Municipal presta os seus serviços à cidade de João Pessoa, nada mais justo do que a cidade de João Pessoa complementar esse salário, não precisa ser o base mínimo não, uma coisa não proíbe a outra”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 24; contrários: 01 (Marcos Henrique); abstenções: 00; ausentes: 01.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho declarou aprovada a medida em discussão e votação única.

Declaração de voto:

O Sr. vereador Marcos Henrique disse: “Nada impede que o valor seja reajustado. Eu quero dizer, respondendo à vereadora Eliza Virgínia, que o salário do Servidor Público Federal estava com déficit represado. No primeiro ano do governo Lula, deu 9% de reajuste. Eu quero aqui apoiar a greve dos Servidores Federais, eu quero apoiar porque Servidor Federal tem que ir à luta, tem que ter reajuste porque o que foi represado de Temmer para cá é muito dinheiro. Quero dizer também que não entendi o que o vereador disse, se ele é contra ou a favor. Quero dizer que esse reajuste não foi negociado e que o salário mínimo do governo Lula para cá nunca foi tão valorizado com reajustes salariais acima da inflação, coisa que nem o governo passado fez e nem o governo Cícero está fazendo com a Guarda Municipal”. A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “É interessante, Lula deu 3,62% de reajuste em maio de 2021 para educação, menos do que o nosso aumento agora para a Guarda. Não está dando aumento, o povo está em greve, o povo está sofrendo, o povo não tem picanha, o povo não tem nem mortadela. Parabéns à Prefeitura pelo reajuste dado”. O Sr. vereador Bruno Farias disse: “Apenas para asseverar a minha posição, todo e qualquer reajuste para os servidores públicos contará com meu voto favorável, eu não ficarei contra reajuste de servidor seja de que categoria for. Eu queria mais para Guarda? Eu queria mais, mas entre R\$ 1.412,00 e R\$ 1.367,00, eu fico com R\$ 1.412,00 e quem votou contra o aumento de R\$ 1.412,00, por dedução lógica, preferiria que os servidores ganhassem R\$ 1.367,00”.

Apreciadas em bloco as matérias PLO 2029/2024 e PLO 2034/2024
ITEM 05: PLO 2029/2024

C Ó P I A



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Autoria: Vereador Odon Bezerra

Assunto: INCLUI NO ANEXO I DA LEI Nº 13.679/2018, QUE CONSOLIDA AS LEIS MUNICIPAIS QUE DÃO NOME ÀS ARTÉRIAS PÚBLICAS, A RUA JOSÉ FRANCISCO DO NASCIMENTO, ARTÉRIA SEM DENOMINAÇÃO OFICIAL, LOCALIZADA NA COMUNIDADE ARATU, BAIRRO COSTA DO SOL, NA CIDADE DE JOÃO PESSOA, E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 25; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 01.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 06: PLO 2034/202

Autoria: Vereador Odon Bezerra

Assunto: INCLUI NO ANEXO I DA LEI Nº 13.679/2018, QUE CONSOLIDA AS LEIS MUNICIPAIS QUE DÃO NOME ÀS ARTÉRIAS PÚBLICAS, A RUA MARIA DO CARMO RIBEIRO DOS SANTOS, ARTÉRIA SEM DENOMINAÇÃO OFICIAL LOCALIZADA NA COMUNIDADE A RATU, BAIRRO COSTA DO SOL, NA CIDADE DE JOÃO PESSOA, E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 25; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 01.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 07: PLO 2037/2024

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NOS ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO/RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DAS FINANÇAS. (172 mil)

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 25; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 01.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Nesse momento, o Sr. Presidente Dinho registrou as presenças, na galeria, do ex-vereador Carlos Alberto Coutinho e do Sr. José Camilo, saudando os visitantes.

TEM 08: PLO 2080/2024

Autoria: Vereador Damásio Franca Neto

Assunto: INCLUI NO ANEXO I DA LEI Nº 13.679/2018, QUE CONSOLIDA AS LEIS MUNICIPAIS QUE DÃO NOMES ÀS ARTÉRIAS PÚBLICAS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA, O NOME DE EDERIO FRAGOSO DE ALBUQUERQUE.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

Discussão: Consenso do Plenário.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 25; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 01.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 9: PLO 2096/2024

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO JUNTO À AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO – AFD, COM A GARANTIA DA UNIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (R\$ 44 MI)

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 25; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 01.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 10: PLO 2110/2024

Autoria: Mesa Diretora

Assunto: ALTERA A REDAÇÃO DO PARÁGRAFO 1º DO ART. 7º DA LEI Nº 14.707, DE 19 DE JANEIRO DE 2023 E PRORROGA O PRAZO DE ADESÃO AO PLANO DE INCENTIVO À APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA.

Apreciação no âmbito da CCJRLP

Parecer oral: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa (Odon Bezerra).

Discussão: Na Presidência da CCJRLP, o Sr. vereador Odon Bezerra recebeu o projeto de lei 2110/2024, avocou a relatoria para si, e emitiu relatório favorável à matéria. O parecer do relator foi acompanhado por todos os membros presentes.

Votação (**):** favoráveis: 04 (Coronel Kelson, Bruno Farias, Durval Ferreira, Odon Bezerra); contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 03.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Odon Bezerra declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

Apreciação do projeto

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 26; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 00.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Apreciadas em bloco as seguintes matérias: PDL 231/2024, PDL 235/2024 e PDL 243/2024.

ITEM 11: PDL 231/2024

Autoria: Vereador Carlão pelo Bem

Assunto: FICA CONCEDIDO O TÍTULO DE CIDADÃO PESSOENSE AO SENHOR DAMIÃO EVANGELISTA PEREIRA.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: O Sr. vereador Carlão pelo Bem justificou a concessão da honraria.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 26; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 00.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em discussão e votação única.

ITEM 12: PDL 235/2024

Autoria: Vereador Milanez Neto

Assunto: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃ PESSOENSE A ADVOGADA ALICE CAVALCANTE FERNANDES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 26; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 00.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em discussão e votação única.

ITEM 13: PDL 243/2024

Autoria: Vereador Odon Bezerra

Assunto: CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO PESSOENSE A JOÃO MARCOS BEZERRA DO Ó E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 26; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 00.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em discussão e votação única.

O Sr. Presidente Dinho determinou o retorno do Pequeno Expediente

Pequeno Expediente (Continuação)

1.4 Comentários

O Sr. vereador Marcílio do HBE disse: “Ontem, a Prefeitura realizou um evento que comemora a semana que antecede o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Um evento superimportante, com a presença de grandes autoridades da Justiça, com a presença dos conselheiros tutelares, representantes de associações. Aproveitando para parabenizar a Escola Olho do Tempo, que fez uma grande apresentação, tem um trabalho da mestra lá, professora Doci, que faz um trabalho dedicado a todas essas crianças e lá apresentou uma banda trabalhada, orientada, organizada, formadora, nós sabemos o quanto hoje em dia a periferia, a criança carente passa por suas dificuldades familiares, através dos seus genitores, mas parabenizando, por todo aquele evento, a Prefeitura, pela sensibilidade, por tornar divulgada essa semana, que a gente sabe o quanto as crianças hoje em dia, nesse país, são abusadas, são violentadas, e essa violência começa dentro das suas casas. Nós, enquanto parlamentares, temos aqui o dever, a obrigação de propor, criar leis que vêm a protegê-las a cada dia, que o cidadão saiba, tome conhecimento das suas condições, das suas questões disciplinares, punitivas quando se acontece uma situação de violência contra a criança, assim também como contra o idoso. Quero aqui também registrar a sanção, com veto parcial, de um projeto nosso, que nós temos essa preocupação do início da vida, que é a criança, adolescente, ao término, que é o idoso, o projeto Visão Melhor, onde a gente possa ofertar ao idoso exames, onde a Prefeitura também possa ofertar e, como falou o nosso companheiro Marcos Henriques, possa ofertar os óculos,



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

após o exame feito, a esses idosos, através de emenda cidadã nossa, emenda impositiva, para que o idoso possa ter o seu tratamento e que possa ter mais vida. Nós sabemos que uma das grandes causas, hoje, que leva o idoso a sua morte, infelizmente, são aquelas quedas, às vezes até de uma forma precoce. Portanto, quero fazer o agradecimento e quero alertar os idosos, seus familiares, que hoje, graças a Deus, nós temos um projeto de lei que vai beneficiar o idoso com esses exames sobre a visão melhor para o idoso”.

O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Durante essa semana, muito se falou num projeto que foi vetado pelo prefeito Cícero Lucena que fala sobre o aumento no gabarito, nos prédios da orla marítima. E eu não vi esse projeto aqui na Câmara, no entanto eu estudei algo que tinha na LUOS. E eu não quero aqui votar nem falar sobre o mérito, mas eu quero dizer que, apesar de eu ter sido contra, na lei que foi apresentada você tem um valor do metro da altura dos prédios, e o prefeito Cícero Lucena vetou algo que já tinha sido sancionado: um aumento de um metro e meio no gabarito da altura dos prédios. Eu fiquei sem entender. Como é que o prefeito veta algo que já foi publicado? E como é que entra na Casa um projeto com uma emenda que aumenta o gabarito, sem a gente ter discutido? Então, apenas eu quero explicar àquelas pessoas que, muito embora eu tenha me posicionado, eu fiquei sem entender. Queria entender o que foi o que foi votado. A LUOS vem de uma forma, a gente não tem acesso às emendas e essas emendas traduzem um aumento no gabarito, que foi vetado pelo prefeito – já publicado. O prefeito não pode nem vetar, porque foi publicado. Então, algo muito estranho aconteceu e eu queria apenas entender o que foi que aconteceu. Não estou aqui julgando mérito, mas eu queria que alguém me explicasse o que aconteceu: um veto de uma matéria já publicada que vai de encontro ao que foi entrado nessa Casa, da Lei de Uso e Ocupação de Solo. Se tiver o Grande Expediente, vereador Dinho, eu queria falar sobre isso: crime organizado *versus* estado democrático de direito”.

O Presidente Valdir Dowsley – Dinho – disse: “Como esse tema foi bastante divulgado na imprensa paraibana, eu quero aqui agradecer ao jornalista Écliton Monteiro, que me deu a oportunidade no dia dessa notícia *Fake News* que foi posta em vários portais, tive a oportunidade de explicar em vários veículos de comunicação, a mesa diretora expediu inclusive uma nota oficial, porque não foi votado nesta Casa nenhum projeto de lei que aumenta gabarito da orla marítima de João Pessoa. Isso, infelizmente, foi uma maldade de quem escreveu algumas matérias. Eu não posso generalizar, porque eu sou amigo da imprensa, somos parceiros da imprensa, mas a notícia é inverídica e a gente precisa dar essa informação. Como cabe a esta Casa, e esta Casa foi atingida, eu quero agradecer ao jornalista Écliton Monteiro pela sua imparcialidade, não só a ele, mas a outros veículos de imprensa também, que divulgaram depois a nota, depois que se espalhou o boato nessa cidade. Quem trata de aumento de gabarito de orla marítima é uma lei estadual, essa Câmara não poderia ter votado nunca essa matéria, porque nem cabe a este parlamento, está na Constituição do Estado. Apenas uma emenda da LUOS - Lei de Uso e Ocupação do Solo que se trata de uma mureta, que se trata de uma contenção. Mas respondendo à V. Ex.^a, vereador Marcos Henriques, a matéria que eu li é que a gente teria aumentado 1,5m no gabarito da lei estadual, *Fake News*. Infelizmente, querendo fazer chacota com a Casa de Napoleão Laureano. O que foi votado aqui e foi vetado pelo município foi apenas uma emenda sugerida pela própria administração, que trata-se de PlatBand que é uma contenção de uma mureta. Você tem a 3ª laje de 12,90m e ninguém pode defender esse limite, vai deixar aberto? Tem que ter um parapeito, tem que ter uma proteção e essa proteção a lei não especifica a altura. O que tem na NBR é que, no mínimo seja utilizado 1,30m. Então, uma emenda foi modificada para ao invés de 1,30m, o PlatBand, o recuo, o parapeito que pode ser feito de esquadria, pode ser feito de vidro, pode ser feito



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

de tubulação, pode ser feito de alvenaria, o PlatBand, uma mureta de contenção, que na NBR o mínimo utilizado é respeitando o mínimo de 1,30m para 1,50cm, 20cm a mais, ou seja, uma fileira de tijolo, uma afilhada de tijolo. Essa emenda foi vetada pelo governo, não sei o motivo, o motivo do veto inclusive é errado, o que se trata no motivo do veto é sobre contenção de corrimão e escada de emergência e foi inventada pelo governo. Acabou-se a celeuma. Se foi vetado, vai praticar o que era antes, porém o governo vai ter que mandar uma lei específica sobre esse assunto, porque sobre medida provisória não pode prevalecer. Então, esclarecido aqui esse fato, lógico que não de forma proporcional que foi feito pela imprensa, mas o *Fake News* que foi colocado aqui, foi preciso a câmara dar uma nota oficial. Primeiro, que a gente não pode votar uma lei que é estadual, o legislativo mirim não pode sobrepor uma lei estadual. Então, só esclarecendo porque fui para a imprensa, dei declaração em alguns órgãos, fui para rádio, gravei algumas entrevistas, mas a proporção da matéria é dizendo que a manchete era de que os vereadores tinham aumentado 1,5m no gabarito. Gabarito em uma lei que é estadual. *Fake News*. Foi feita uma nota oficial da Câmara Municipal e eu quero agradecer às redes sociais do jornalista Écliton Monteiro que me deu oportunidade de esclarecer. Infelizmente, a gente não tem a compreensão de alguns. Foi colocada também no G1, inclusive quero agradecer ao Sistema Paraíba de Comunicação, mas depois que anunciaram uma lei que não passou nesta Casa. Quero agradecer e parabenizar ao pronunciamento de hoje, vereador Marcos Henriques, porque infelizmente a gente está sujeito a isso. A mesa diretora tinha que se pronunciar, colocamos nota, divulguei em algumas rádios, fui para o embate, não tenho medo da discussão. Intitularam, inclusive, de jabuti, que os vereadores tentaram aprovar um jabuti, é muita maldade com o parlamento. Realmente, o vereador é o político que mais sofre na classe política, dito ontem pelo presidente Adriano Galdino, que foi vereador e sabe que é o para-choque da população, que está no dia a dia com a comunidade, é o cargo de mais responsabilidade. Acorda todo dia com a população na sua porta, é médico, é agente funerário, é psicólogo, é do SINE para arrumar emprego, tudo isso que o vereador tem no seu dia a dia, a labuta é pesada. Agora, a gente também tem o direito de esclarecer e rebater as falsas notícias contra esta Casa. Então, quero parabenizar ao vereador Marcos Henriques e me acostar ao pronunciamento de V. Ex.^a, permitindo também aqui como mesa diretora e representante também desse parlamento, ter essa oportunidade para falar sobre esse assunto”.

Pela ordem, o Sr. vereador Carlão disse: “Presidente, ontem, inclusive, foi objeto de fala do vereador Marcos, objeto de uma fala, de uma discussão importante dentro do grupo dos vereadores, a importância da gente responder o que aconteceu aqui, uma *fake news* contra todos os vereadores da Casa. Eu vi canais de comunicação falado em três, quatro, cinco minutos pela manhã, esses canais deveriam também agora se redimir, porque é importante reconhecer erros. Colocaram que vereadores aqui, empurraram, se aproveitaram, que estavam sendo vendidos por setores da economia e todos nós fomos maculados com essa mentira, *fake news*, com essa covardia. E mais, Presidente, é bom saber de onde saiu essa *fake news*, a secretaria de comunicação da Prefeitura tem a ver com isso? Passei o dia, ontem, e antes de ontem, falando que não houve jabuti, que a Câmara Municipal de João Pessoa apresentou uma nota oficial dizendo que nós não tínhamos autoridade e nem competência para baixar ou diminuir gabarito de prédio em orla, então o desgaste foi muito grande para os vereadores aqui. E o que eu quero trazer é de onde saiu essa *fake news*? Então os vereadores não vão sofrer com isso não, e a Câmara Municipal de João Pessoa tem que conversar com os canais de comunicação, enviar nota para saber que os vereadores da cidade de João Pessoa não se venderam, estão aqui para lutar pela cidade e é esse o meu controle, a minha contribuição. Parabéns à mesa diretora pela nota”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

O Sr. vereador Coronel Sobreira disse: “Eu queria me reportar à operação que ocorreu no bairro São José, uma operação realizada pela Polícia Militar diante de uma, entre aspas, ‘blitz’ que bandidos estavam fazendo lá dentro. ‘Blitz’ que marginais estavam abordando pessoas como se polícias fossem, olha o nível que estamos vivendo em nossa cidade, em uma comunidade relativamente pequena, uma comunidade que não dá 3 km de um canto a outro, uma comunidade que, em sua grande maioria, são pessoas de bem, mas um pequeno grupo quer dominar. A exemplo daquela comunidade e outras mais. Quero parabenizar o trabalho realizado pela Polícia Militar, à frente o comandante do 1º Batalhão, Coronel Timóteo, a todos os policiais que participaram da operação. É uma operação, a bandidagem está confrontando a polícia, está atirando contra policiais, é preciso o revide à altura, lamentavelmente duas vidas foram ceifadas, mas porque houve uma provocação e a provocação tem que ser repelida à altura. Eu queria fazer menção a essa operação, destacar o trabalho da Polícia Militar e também dizer que não obstante todo o esforço, todo o trabalho desenvolvido pelas policiais, pelos órgãos de segurança, mas o crime tem crescido e nós precisamos ficar muito atentos porque o crime organizado está enraizado não só em territórios de comunidades da cidade, de cidades circunvizinhas, do Estado, mas também, pelo que nós vimos na última sexta-feira, até em instituições públicas. Precisamos ficar muito atentos, tudo que aconteceu naquela matéria que foi veiculada na sexta-feira o povo de João Pessoa precisa saber o que está acontecendo”.

O Sr. vereador Coronel Kelson disse: “Sr. Presidente, senhores vereadores, vereadora Eliza, cidadãos que nos acompanham nas galarias, imprensa, servidores da Casa, a nossa fala, hoje, nesse Pequeno Expediente, ela é revestida de tristeza, tristeza essa, revelada pela perda no dia de ontem de um amigo, a propósito de um amigo e de uma amiga, que nos eram muito caros. Acácio Baia, tio da minha mulher, faleceu, infelizmente, e dona Lourdes Meira, mãe de uma grande amiga nossa, Michele Vieira, Roberta Meira, Serginho, que também nos deixou. Mas, na verdade, eu tenho buscado nos últimos dias, senhores vereadores, as bênçãos de São Longuinho, para enxergar bem o que tem passado no país, meu caro Roberto Chaves Porto, eu tenho tentado enxergar bem o que tem acontecido no país e, de fato, os Poderes dão, por vezes, com a mão e depois retiram com a outra, e aqui, eu não vou personificar, como tenho dito, a fala, até porque não comungo com esse tipo de comportamento e de postura. Mas a verdade, é que eu trago a reflexão de todos principalmente os trabalhadores, as pessoas que vivem do seu salário, a propósito de uma medida que foi aprovada, ontem, no Senado da República que fez retornar a cobrança do DPVAT, outrora, extinto em 2021, beneficiou todos os cidadãos proprietários de veículos automotores do país e que, agora, se retoma. Segundo dados que nós obtivemos, ontem, através do G1, até 2020, o governo arrecadava algo em torno de 4.3 bilhões de recurso através do DPVAT que passa a ser chamado SPVAT e, agora, a tendência, a partir de 2025, que esse esses números cresçam, pelo menos, essa expectativa cresça para níveis alarmantes de 15 bilhões/ano, ou seja, é retirar mais ainda do que mais é precioso para os trabalhadores, é retirar do bolso, é um sacrifício tremendo que principalmente as pessoas que percebem pouco terão que desembolsar, anualmente, a favor do retorno, sobre o argumento de que o serviço de atendimento hospitalar principalmente as pessoas que são vítimas de acidentes de trânsito, eles devam melhorar. Nós, particularmente, não acreditamos que isso vai acontecer e deixo aqui para reflexão de todos que nos assistem através da TV Câmara e das pessoas que nos acompanham aqui na galeria, será que, de fato, nós devamos acreditar que isso vai acontecer? Que o serviço de atendimento médico hospitalar, principalmente reservado às pessoas que são vítimas de acidente de trânsito, ele vai melhorar? Fica essa indagação e quero agradecer mais uma vez, Presidente, a oportunidade, um grande abraço, bom dia”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

O Sr. vereador Carlão pelo Bem solicitou que o tempo da sessão fosse prorrogado no dia de hoje, tendo em vista que, na última terça-feira, pela queda de energia nessa área, acabou impossibilitando a realização da Sessão Ordinária naquele dia, então, os vereadores não puderam fazer seus pronunciamentos. Com a prorrogação do horário da sessão, nessa quinta-feira, haveria uma compensação do tempo de fala perdido naquela ocasião. O Sr. Presidente Dinho acatou o pedido.

A Sra. vereadora Eliza Virgínia disse: “Eu estou protocolando, Presidente, já está com a assinatura de mais de dez vereadores, todos, aliás, que estavam aqui na Casa, é uma assinatura para um voto de solidariedade à população do Rio Grande do Sul, que foi severamente afetada pelas recentes enchentes que assolam a região. Nós estamos presenciando e vendo pela TV, pelas redes sociais, a devastação que está acontecendo no Rio Grande do Sul e nós, como Casa, como vereadores, jamais poderíamos nos furtar de também nos solidarizar e manifestar nossa profunda solidariedade e apoio à população do Rio Grande do Sul e reafirmarmos nosso compromisso também em trabalhar incansavelmente para ajudar na reconstrução e a recuperação daquela região. Ontem, eu estava lá no Congresso Nacional, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, juntamente com minha amiga Damares, e foi votado e aprovado nessa comissão o programa ‘Cartão Reconstruir’ que tem a finalidade de conceder subsídios para compra de materiais de construção destinados a reforma, ampliação ou conclusão de unidades habitacionais afetadas por desastres. O Senado está fazendo sua parte, o Congresso está fazendo sua parte, a população está fazendo sua parte. Eu nunca pensei que eu ia dizer isso, mas eu estou um pouco envergonhada do nosso exército. Infelizmente, nós presenciamos nas redes sociais comboios de soldados do exército, sendo quase que salvos pela população civil, onde é que nós vamos parar com isso gente? Parece que esse governo que veio, modificou tudo. O governo, ele recusou ajuda do Uruguai, jet skis, barcos, aviões e drones, ele recusou. As doações que estão chegando do Brasil inteiro estão sendo barradas na ANTT, a Agência Nacional de Trânsito, sendo multadas. O governo chegou a dizer que isso era *fake news* e é mentira. *Fake news* é do governo. Uma emissora, Globo, disse que era *fake news*, a SBT desmentiu. Gente, onde é que nós vamos parar? São crianças, crianças que estão morrendo, crianças. Um soldado estava passando com crianças no barco, sendo salvos, o menino pediu para pegar um bonequinho que estava boiando e aquele bonequinho não era boneco, era um bebezinho que estava boiando. Gente, nós temos que ver o que está acontecendo. Lula disse numa entrevista que estava dando o que o povo do Rio Grande do Sul merecia. Como assim? Eu sei que isso é corte, mas como assim? Como é que a irmã da Mariele, a ministra, quer mandar donativos e dizer que uma raça, dizer que os quilombolas e os ciganos têm que receber primeiro, os donativos do que outras pessoas. Se lá está tudo misturado. Lá não tem branco, lá não tem negro, lá não tem cigano, lá não tem quilombola, lá têm brasileiros, lá tem pessoas humanas, e eu quero dar o meu voto de repúdio a esse governo totalmente despreparado para enfrentar situações como essa. E que a Tebet disse que o governo vai mandar, mas não é a hora de mandar dinheiro porque não sabe, porque os prefeitos não sabem. Vá lá, minha querida, entre na lama para ver o que é que se precisa, nós precisamos de jet skis, nós precisamos de helicópteros. Havan, parabéns, Luciano tem o título cidadão desta Casa, parabéns a Havan, parabéns a todos os cantores que estão disponibilizando seus aviões, seus jet skis, seus helicópteros para lá, porque se fosse depender do governo federal, íamos perder muito mais brasileiros. E esse é meu voto de solidariedade, obrigada a todos os vereadores que assinaram para votarmos na próxima sessão. Muito obrigada”.

O Sr. vereador Carlão disse: “Falar sobre um voto que esta Casa concedeu, através do nosso mandato, um voto de apoio ao Congresso Nacional, encaminhando ao presidente do Senado e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, com o intuito de obter para o Parlamento Federal também o apoio no



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Conselho Federal de Medicina, especificamente em relação à resolução do Conselho Federal de Medicina, de 21 de março de 2024, que proibiu o uso de procedimento de assistolia fetal como ferramenta de interrupção da gravidez do feto em idade gestacional acima de 22 semanas. O que queria o governo federal? Assassinar crianças nos ventres de suas mães. O que quer o Conselho Federal de Medicina? Que este procedimento não possa ser utilizado como método abortivo, que este procedimento, um procedimento da medicina, não seja utilizado como uma ferramenta que assassinato de crianças. É isso que o governo federal quer, promover o aborto a todo momento, a toda hora, e chegou a hora de a sociedade não se calar sobre esses assassinos de crianças nos ventres das mães, a sede que o PT e a esquerda sempre teve de tentar matar crianças nos ventres de suas mães, essa ação demoníaca, essa ação satânica, essa ação que não contribui em nada nem para valorizar a mulher, nem muito menos para valorizar a criança. Não é justo o que esse governo quer. E é por isso que o Conselho Federal de Medicina proibiu o uso do procedimento de assistolia fetal como ferramenta de aborto. É isso que esse governo quer, matar crianças nos ventres das mães, e o Conselho Federal de Medicina disse não. Está na hora de nós nos preocuparmos em ajudar, nós precisamos salvar as crianças de João Pessoa, da Paraíba e do Brasil, é um crime o que esse governo está fazendo, é um absurdo usar do Ministério da Saúde para matar crianças no ventre de suas mães. Não fez isso o ministro Marcelo Queiroga, não fez isso o presidente Bolsonaro, e esse que chegou aí dizendo que ia lutar contra o aborto, não, a história dele, sim, é a sanha satânica de derramar sangue de inocentes, e esse governo não passará, sobre isto o Brasil já decidiu, nós queremos vida, queremos salvar vidas, queremos dar valor e chance de sobreviver aos inocentes nos ventres das mães. Nós vamos lutar por isso”. Reiterou o referido voto de apoio e concluiu: “Existe um grupo todo preocupado em salvar crianças, a Igreja Católica, os irmãos cristãos evangélicos, os irmãos espíritas querem salvar vidas”.

O Sr. vereador Emano Santos disse: “Eu não poderia deixar de registrar nessa sessão: foi apresentado um projeto de indicação do nosso gabinete, que foi a criação do Centro de Memória Esportiva de João Pessoa. E eu gostaria de cumprimentar os nossos colegas aqui presentes, o nosso amigo Valter, da Associação dos Cronistas Esportivos da Paraíba, o nosso amigo Epitácio Dantas, e dizer que juntos, nesse grupo, estamos, passo a passo, desde o ano passado, acompanhando em reuniões com profissionais da parte de esportes, com jornalistas esportivos, para que possa ser implantado, como já é fato em outras grandes cidades. E João Pessoa não podia ser diferente, neste momento que nós estamos passando pela recuperação do Centro Histórico da cidade de João Pessoa, da gente poder aproveitar e ser instalado esse Centro de Memória Esportiva de João Pessoa, para resgatar a história dessas modalidades esportivas de grandes atletas históricos de João Pessoa e da Paraíba. E sabemos que essa nossa justificativa se pauta, também, no consequente despertar das nossas crianças e jovens em reverenciar nossos grandes atletas e, neste ato, despertar-se para o esporte e para uma vida saudável sem drogas e outros males que atacam a nossa juventude. A presente propositura se faz necessária tendo em vista que não existe, dentro da história pessoense, um dos temas mais cativantes do que o esporte. O objetivo desse projeto de indicação é perpetuar esta importante história do esporte na nossa cidade, transmitindo às gerações futuras o conhecimento e a cultura de verdadeiros celeiros desportistas mas, ao mesmo tempo, verdadeiros templos de amizades, de rivalidade, mas, acima de tudo, de respeito humano. De a gente poder resgatar essa nossa história, e resgatando o conhecimento através das nossas crianças, dos nossos jovens, a história de cada atleta que aqui disputaram e, também, artistas, fazendo parte do nosso esporte daqui, de João Pessoa. E eu digo que esse Centro de Memória Esportiva é, justamente, resgatar a história de todas as modalidades esportivas da nossa capital. Então, muito obrigado aos caros colegas. Creio em Deus que o prefeito Cícero Lucena, que já tivemos esse encontro, aprove o nosso projeto. E, para finalizar, agradecer pela presença, mais uma



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

vez, do nosso amigo Epitácio Dantas, diretor de projetos da SEJER; Ailton Cavalcanti, presidente da Associação de Cronistas Esportivos da Paraíba e Ney Robson, gerente de projetos na SEJER”.

O Sr. vereador João Bosco – Bosquinho – disse: “Vamos tentar no dia de hoje trazer para o nosso ambiente notícias boas e essas notícias dão conta de que o Porto do Capim receberá R\$ 100 milhões de reais para a reorganização da área, sem que haja a retirada da população daquele território. Está no Diário Oficial da União, no dia de hoje, um decreto com as relações dos projetos que serão contemplados e a discriminação dos valores de cada um. Foram anunciados os resultados de cinco modalidades, mas apenas três projetos da Paraíba. Um da Periferia Viva, urbanização de favelas, três de regularizações fundiárias e também três de renovação de frotas. É importante esse investimento tendo em vista o esforço desta Casa capitaneada e dirigida por V. Ex.^a, vereador Dinho. Nós precisamos também repercutir o Viva Centro, evento realizado e coordenado por V. Ex.^a, realizado com o apoio do sistema S, vai aqui o nosso reconhecimento e abraços sempre fraternal ao Dr. Marconi Medeiros, que abriu as portas daquela entidade para que a população de João Pessoa, com essa ideia que V. Ex.^a teve com o marketing da Câmara e a coordenação de comunicação da Casa, para levar informação aos comerciantes e empresários, à população de um modo geral, para se informar um pouco mais de quais são os benefícios ofertados pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, pelo Governo do Estado e pela Câmara Municipal no sentido de revitalizar o nosso Centro Histórico. E, aí, fica a comprovação de que não é só discurso, que a prática está ocorrendo, que a população vai ter o direito de fazer a transação comercial do imóvel sem o pagamento do ITBI - Imposto de Transmissão – que ocorre no registro do imóvel. Também, os comerciantes terão uma redução na alíquota do ISS – Imposto Sobre Serviço – que sai a 5% em qualquer lugar da cidade e no Centro Histórico vai ser apenas 2%. Então, é importante demais que nós possamos continuar usando o sistema de comunicação da Casa, o microfone aqui no plenário e todo o nosso sistema de comunicação para informar, porque ainda encontramos com pessoas, com cidadãos, nos perguntando como é que funciona o Viva Centro, como é que está funcionando. E, na realidade, é parabenizar os 27 vereadores e o presidente Dinho pela condução desse trabalho, por chamar e conseguir sensibilizar o Governo do Estado, Prefeitura Municipal de João Pessoa, CDL e todos que fazem essa cadeia para que todos juntos possamos, unidos, ajudar e revitalizar. E a Câmara foi quem deu o dever de casa, que é justamente a nova sede ser construída na Avenida das Trincheiras, mostrando que precisamos habitar e principalmente a responsabilidade do Poder Público de não tirar nenhum dos seus órgãos daqui do Centro Histórico. Muito obrigado”.

Pela ordem, o Sr. vereador Carlão disse: “Presidente, mais uma vez, eu quero aproveitar o momento da fala para dizer que o seu trabalho, o trabalho da câmara, empenhada para que o centro da cidade, Centro Histórico da cidade, renasça novamente, esse papel tem sido feito, de fato, a quatro mãos. Lembro de falas que eu fazia lá atrás defendendo a ajuda do Poder Público e do Poder Privado para restaurar o Centro Histórico e que bom que hoje a Câmara Municipal de João Pessoa protagoniza esse grande papel e dá exemplo, fazendo com que sua sede continue aqui no Centro Histórico, contribuindo até para que a nossa cidade seja um grande celeiro de turismo. Parabéns, Presidente. Parabéns aos 27 vereadores da Casa que estão empenhados em ressuscitar o Centro Histórico”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

3 GRANDE EXPEDIENTE (***)**

1º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Marcos Henriques, disse: “Quero só fazer uma menção aqui ao que o vereador Carlão está fazendo com a vida das mulheres. Só avisar também que a justiça suspende a decisão do Conselho Federal de Medicina que limita o aborto legal, decisão liminar que atende a medida do Ministério Público Federal. O Código Penal Brasileiro não impõe limite de tempo ao aborto legal, o acesso tardio ao aborto legal reflete desigualdade e a iniquidade na assistência à saúde. Então, o vereador, talvez, esteja invertendo os valores que a gente precisa lutar, por uma saúde melhor. Quase duas mil crianças não têm o nome do pai. O que eu trago aqui, senhor Presidente, é a questão do crime organizado *versus* o estado democrático de direito. É uma questão que muito está nos preocupando. Eu quero falar que essa escalada da violência na periferia de João Pessoa. João Pessoa ainda é uma cidade onde se pode dizer que os índices de violência podem ser reduzidos para que evitemos que a sociedade venha a perder o controle sobre os seus direitos constitucionais de ir e vir e, pensando na democracia, de escolher livremente os seus representantes. Isso é algo muito sério. Fiquei preocupado com a operação que a Polícia Federal realizou no último dia 3 com a finalidade de investigar a atuação do grupo criminoso em órgãos da Prefeitura de João Pessoa. De acordo com as notícias veiculadas na imprensa, estavam sendo cumpridos mandatos de prisão preventiva e de busca e apreensão. E as matérias que eu vi nas mídias falavam, de acordo com a investigação, de um homem que está na penitenciária mandando, dizendo que, na sua posição, ele articula a obtenção de vantagens em órgãos públicos, com a ocupação de cargos públicos. Vejam bem, esse assunto, embora seja delicado de tratar, a gente precisa tratar sob pena da gente ser omissa em não tocar no assunto. Precisa ser debatido e levado aos órgãos de investigação essa fiscalização eleitoral, também, porque se confirmada tais acusações, significa que estamos diante de um sério problema, tanto para administração pública municipal, como para o pleito eleitoral. A imprensa já fala que existe um loteamento de vereadores, onde a Prefeitura, em acordo, loteia naquela comunidade, é você o candidato, naquela é você, sem um candidato nunca ter ido. Eu estou há sete anos fazendo trabalho nas comunidades, levando qualificação profissional, levando cultura e ajudando, mas as pessoas que ali estão não podem nem falar o nome Marcos Henriques, têm que falar o nome de Fulano. Isso é lamentável, os excessos cometidos pela atuação do crime organizado, a exemplo do que vem sendo denunciado pelo Ministério Público. O Ministério Público denuncia que convivem, aproximadamente há cinco anos, com intimidação, atos de violência praticados por integrantes de facções criminosas nesses residenciais, são impostas regras aos moradores que devem ser cumpridas com rapidez, caso contrário, quando descumpridas, ocorrem espancamentos e outros atos de violência física, inclusive homicídios, expulsão de residências com a apropriação de imóveis pelos criminosos. Isso é o Ministério Público que está dizendo, essa realidade deve ser evitada, pois se não combatida coloca em risco a vida de candidatos, dos eleitores e, principalmente, os cidadãos moradores dessas localidades. Não é a primeira vez que temos escutado tais reclamações, haja vista, que os relatos da relação de candidaturas com crime organizado já tinham sido denunciadas nas eleições para os conselhos tutelares da nossa cidade. Temos recebido ameaças oriundas de comunidades, onde vinhamos fazendo trabalho há mais de 7 anos, nós temos esse vídeo. Denúncias, inclusive, falando da permissão que os serviços públicos estão recebendo para entrar nas comunidades, para fazer uma praça numa comunidade tem que pedir. E a população, inclusive, agradece, não a Prefeitura, agradece a quem autoriza. E uma denúncia publicada em um grupo de comunidade que os moradores, lideranças, agradecem a suposta doação de um terreno feita por um suposto chefe para construção de uma unidade da Prefeitura chama a atenção desta Casa mais uma vez para o perigo que existe nesse tipo de operação. Se é verdade o que está acontecendo na cidade de João



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Pessoa, eu acho que está, mas eu estou aqui levantando essas hipóteses e levantando o quê o Ministério Público já colocou, o que a polícia já divulgou, que eu vejo nos portais e eu trago aqui essa preocupação. Eu não estou aqui apontando nomes. Não quero fazer acusações levianas. Chamo a atenção para o quanto é perigoso esse tipo de operação para que casos como de Marielle não venham mais a se repetir. E o importante é que a população tenha liberdade para poder votar e reconhecer aquele que está fazendo um bom trabalho. Mas, a partir do momento que existe uma pressão sobre aqueles moradores para votar em uma pessoa que é apontada pelos líderes, é algo que precisa ser investigado. Eu termino aqui essa intervenção pedindo que seja apurada essa denúncia que foi feita pela Operação Mandara, não quero acusar ninguém, mas que seja apurado. E que nós possamos ter a liberdade de adentrar nas comunidades, não em época de eleição, porque eu não entro nas comunidades só em época de eleição, eu entro o ano todo, todos os quatro anos que eu tenho de mandato. Mas essa pretensão, ela se torna algo a se pensar porque as pessoas que vão ser indicadas pelas comunidades, uma pessoa ter mil votos numa comunidade onde ele nunca pisou. Será que ele vai votar com a comunidade para fazer o trabalho que tem que ser feito? Não sei, mas fica aqui a minha preocupação com a democracia e com essa situação que se instalou na nossa cidade. Era isso, senhor Presidente”.

2º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Coronel Sobreira, disse: “Acho que esse é o tema principal que deve ser por todos os parlamentares, não só pela cidade de João Pessoa, não só pelos munícipes, mas, sobretudo, pelos vereadores. Vereadores que têm dois papéis preponderantes, elaborar uma legislação que atenda os anseios do povo pelo qual ele representa e também o trabalho de fiscalização, e o vereador Marcos Henriques aqui de forma muito cautelosa, porque aqui ninguém está acusando ninguém, mas que além desses, há vestígios, até porque a Polícia Federal está no trabalho dela de investigação e para a Polícia Federal desenvolver um trabalho da forma que desenvolve, é porque ela tem informes de que algo está acontecendo, ela não vai fazer uma operação dessa do nada. Então, foram visitadas secretarias, foram visitados órgãos e residências, mandados de busca e apreensão, e isso nos preocupa. Estamos na cidade de João Pessoa, somos parlamentares, nós devemos sim satisfação às pessoas, aos moradores desta cidade, nós precisamos estar muito atentos porque é a nossa cidade que está sendo pautada e as instituições públicas, a exemplo da Prefeitura. Então precisamos estar muito atentos em relação a isso e o povo de João Pessoa precisa sim ter esclarecimentos de tudo isso. Obviamente esse esclarecimento com o tempo virá, mas o que estranha é que apenas na segunda-feira foi falado sobre isso e não mais, estamos na quinta-feira e não se ouviu falar mais nessa operação. Não vou entrar no mérito, mas a cidade de João Pessoa precisa ter notícias acerca desse fato. E essa questão do crime organizado, algo que eu nem gosto de falar, mas o crime organizado está enraizado no Brasil como um todo, está enraizado e não é de agora, diga-se de passagem, mas na nossa cidade, ao menos eu percebo que algo que não se ouvia falar, agora realmente está acontecendo, não se ouvia falar, mas chegou em João Pessoa, chegou na Grande João Pessoa e certamente nessas cidades interioranas também. O domínio dessas pessoas ou dessas lideranças, que nos preocupa. Quando a gente percebe pelo menos uns seis meses, aí é um fato concreto acontecido comigo, onde eu conversando com alguém de uma comunidade e falando do trabalho político e trabalho eleitoral, enfim, quando alguém diz assim para mim ‘Coronel, nesta comunidade só entra quem o crime organizado definir’, isso há seis meses atrás, que já foi depois da eleição do Conselho Tutelar, que também chegou ao meu conhecimento, pessoas me falaram, que deixou de ser candidato a conselheiro tutelar por conta que ali, naquela comunidade, ele não teria espaço, ele não teria autorização para circular. O Conselho Tutelar acho que foi em outubro, novembro do ano passado. Estamos caminhando a passos largos para a perda total do estado



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

democrático de direito. O estado democrático de direito é algo que a lei precisa ser obedecida, ela precisa ser cumprida e a nossa legislação, ou as nossas autoridades, não estão conseguindo cumprir o que determina a lei por conta desse estado paralelo, isso é muito preocupante. Não quero emitir juízo de valor, longe disso, mas a cidade de João Pessoa precisa de esclarecimentos do que está acontecendo. Outro tema que queria trazer, é um tema que foi muito discutido semana passada de algo que vem acontecendo algum tempo”. O orador mostrou imagens e vídeos de esgotos clandestinos e disse que “essa imagem é da Beira Rio, aquela praça logo depois da ladeira, descida da Unimed. O Rio Jaguaribe que está entre a Beira Rio e a Pedro II, isso aí são dejetos, é esgoto caindo lá no Rio Jaguaribe. Como é que nós teremos praias sem estar poluídas com uma realidade dessa? Ali é da Cagepa. Na Beira Rio se você passar com o vidro aberto, você vai sentir um odor forte. Veja a realidade, está caindo no Rio Jaguaribe e vai desaguar na divisa João Pessoa-Cabedelo. E os afluentes? Vai ter vários afluentes que vai também desaguar em tubulações, Cabo Branco, Manaíra, por isso que essas praias estão todas poluídas. Apenas um trecho está como possível ou autorizado para o banho, o relatório de balneabilidade diz que somente no trecho mais ou menos do Mag Shopping até o Iate Clube, o resto, todas impróprias as nossas praias urbanas, todas impróprias. Como querer divulgar João Pessoa? Como querer que João Pessoa seja conhecida como local atrativo? Seu principal ponto de turismo são as praias, mas todas as praias, com exceção desse trecho que falei, estão impróprias para o banho. É outro ponto que não se justifica ao longo desses anos, todos as nossas praias, o nosso principal atrativo turístico. É um ponto que precisamos tratar diante do que estamos presenciando, diante de um cenário tão ruim, a gente precisa reconhecer o trabalho da SUDEMA, o trabalho sério em catalogar esses pontos e divulgar para que nós, como moradores, como nativos daqui, e também os turistas tenham o conhecimento. Agora um fato é correto, é certo, precisa ser corrigido o quanto antes porque nós não merecemos isso”.

3º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Carlão Pelo Bem, disse: “Bom dia, vereadores, obrigado pela extensão, Presidente Dinho, da nossa sessão, aproveitando o Grande Expediente, dando voz e fala ao vereador. Mas o que venho trazer aqui é algo que eu havia falado e denunciado nesta Casa há um ano, um ano e meio atrás, vereador Coronel Sobreira, vereador Marcos, vereador Dinho, vereador Emano Santos. Queria pedir, depois, para o pessoal da técnica, aqui, obrigado, muito obrigado. Eu havia denunciado há um ano atrás sobre um traficante, há um ano, um ano e meio atrás, eu denunciei aqui nesta tribuna e nesse lugar, há um ano, um ano e meio atrás, de um traficante ou familiares que recebiam, vereador Marcos, contracheque da Prefeitura. Eu denunciei, aqui, há um ano e meio atrás, está nos anais da Casa, criaram vários fatos, mas não foram sanar o elemento, sanar o problema, fazer uma investigação, tirar aqueles que estão ligados ao tráfico de dentro dos contracheques da Prefeitura, nos contracheques da Prefeitura é para estar homem de bem, as famílias de João Pessoa, não é povo de fora e tráfico de droga não. Então, eu denunciei aqui há um ano e meio atrás, e aí, na última semana, nós vimos a Polícia Federal fazendo uma operação dentro de três, não era mais uma secretaria, eram três secretarias da Prefeitura: a secretaria de saúde, a secretaria de direitos humanos e Emlur, a secretaria que trata do lixo da cidade, a secretaria que trata do lixo deveria cuidar e tirar esses lixos que são os traficantes e os homens violentos de dentro do contracheque; a secretaria que trata de direitos humanos deveria tratar com humanidade e colocar dentro dos contracheques as famílias de João Pessoa, não era família ou gente ou o pessoal do tráfico, não; a secretaria de saúde tem que cuidar da saúde de João Pessoa, não tem que cuidar de contracheque para traficante não, que que é isso? Resultado, João Pessoa em canais, em órgão de comunicação nacionais por causa de uma operação, e eu denunciei aqui, um ano, um ano e meio atrás, eu denunciei sozinho nessa Câmara, nessa tribuna, sobre esses contracheques que



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

estavam sendo recebidos por traficantes, salvo engano, o cara tinha sido pego em Natal, com contracheques da Prefeitura, ele e a família dele. Eu denunciei aqui há um ano, um ano e meio atrás, resultado, Polícia Federal veio. Não fez nada a Prefeitura, a Polícia Federal veio e tem que saber o que está acontecendo. Não quero aqui apontar, acusar, mas eu quero investigação profunda, que vá até os últimos limites. E mais, eu trago algo muito sério também, vocês sabem como foi que a Prefeitura, ou a secretaria de comunicação da Prefeitura, que vem sendo uma tragédia, querendo manchar o nome dos vereadores aqui, *secretário de comunicação da prefeitura, você é uma tragédia e mentiroso, porque o que você quis aqui foi jogar nas costas dos vereadores inventando que a gente estava tentando aumentar gabião, mentira! Fake News! Mentirosos!* Querendo apagar, querendo empanar a grande ação da Polícia Federal, que estava aí ó, devia ter visitado aí a sua secretaria também, capaz de ter na secretaria de comunicação também contracheque de traficante, aí, os caba chega aqui, joga nas costas da Câmara Municipal de João Pessoa dizendo que a gente tinha aumentado gabião, uma lei estadual, olha o tamanho da mentira, da *fake news*. Então, secretaria de comunicação da Prefeitura, peça desculpa à Câmara Municipal de João Pessoa, viu? Peça desculpa, eu não sou vice-presidente de uma Casa junto com os demais da mesa diretora e vereadores da Casa, para escutar mentira de vocês não, peçam desculpa, vocês devem desculpa à Câmara Municipal de João Pessoa e devem justificativa e devem informação à sociedade João Pessoa porque é que tem contracheque de traficante ou de família de traficante na prefeitura de João Pessoa. Eu denunciei aqui, por que a secretaria de comunicação não fez nada? Devia ter feito, né? Olha, prefeito, olha, secretário, vamos investigar aqui e vamos tirar os cabas que estão ligados a isso. Vocês sabem como foi que essa secretaria e a Prefeitura se defendeu? Ela disse que tinham vereadores, que podiam ser vereadores, ó mesmo! Com empregos ou tinham solicitados empregos na Prefeitura, e aí, os vereadores, essas pessoas, esses traficantes, olhe mesmo, vereador, podia ter sido indicação dos vereadores e não do prefeito, indicação dos vereadores e não da secretaria. Mais uma vez a Câmara de vereadores é que é apontada como feito esse ilícito, e não a Prefeitura, e não o chefe do Executivo, e não essas secretarias. Eu vou concordar com isso? Eu não tenho nada a ver com isso não. (inaudível) de traficante eu perco a eleição, mas não tenho, não quero voto de traficante, de cabra safado, (inaudível), de quem bate em mulher, de quem é criminoso, não quero esse voto. Não troque ele, é por isso que eu não tenho um emprego na Prefeitura, para ter minha autonomia, quando for para votar a favor, eu voto, se for bom para a cidade, eu voto, agora, se for para quebrar o pau, eu quebro, não quero, não aceito, é um absurdo, é capaz de vir aqui, viu? Se disseram que pode ter sido emprego de vereador apontado, é capaz de vir aqui, e que seja dado nome aos bois, quem foi? Ou se tem o vereador que se trata com isso, que trata com traficante e pediu emprego à Prefeitura, meu amigo, pague a conta, você não foi lá, falou o vereador aqui, agora, entra numa comunidade, usa de violência, quando não existe nada mais violento contra a democracia do que um criminoso exigir o voto da comunidade carente onde nem o estado está mais, é um absurdo! É um absurdo! Eu quero ler para vocês uma pequena nota da Prefeitura. Olha o que foi dito pela imprensa, e aí, foi uma imprensa isonômica que tratou dessa questão. Vou ler uma pequena coisa. Olha o absurdo. Operação *Mandare*. Vocês sabem que é *Mandare*? Vereador Marcos, vereador Sobreira, Presidente Dinho, os juristas aqui, João, e você, Rodrigo? Você sabe o que é *Mandare*? Vou dizer para você o que Operação *Mandare*. Operação *Mandare*, em italiano, quer dizer o que manda, é aquele que manda, Operação *Mandare* em italiano, o que manda, o traficante mandando na Prefeitura, foi essa operação que veio para João Pessoa, nas secretarias. Operação *Mandare*, um traficante mandando na Prefeitura de João Pessoa. A Polícia Federal, meu amigo, colocou o nome *Mandare*. Quero dizer a todos os traficantes de João Pessoa, vocês podem mandar da Prefeitura para lá, a mim, e a alguns aqui que eu conheço não manda não, estamos correndo risco de vida, viu, vereadores? Presidente Dinho, estamos correndo risco de vida e eu vou dizer por que. Olha aqui. Olha o absurdo aqui. Entenda a investigação



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

que apura a relação entre grupos criminosos e órgãos públicos de João Pessoa. Operação da PF mira interferência de organização criminosa em órgãos da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Polícia Federal. Operação *Mandare*, foi na sexta-feira né? Olha só os absurdos, o grupo estava articulando a obtenção de vantagens como cargos públicos em órgãos como a secretaria municipal de saúde, de direitos humanos e cidadania de João Pessoa, inclusive, a empresa de limpeza urbana – a Emlur. Olha o pior, olha o pior. De acordo com a Polícia Federal, um integrante da facção criminosa articulou a obtenção dos cargos, as informações que desdobraram na operação foram conseguidas pela polícia a partir da quebra de sigilo telefônico e (inaudível), o celular do suspeito havia apreendido em uma inspeção de rotina no presídio PB1. O mais grave. No celular havia imagens, vídeos, diálogos e áudios, que segundo a PF indica a prática do tráfico interestadual de drogas, lavagem de dinheiro, organização criminosa, segundo a investigação, o preso responde a vários processos, entre eles, o de matar uma mulher que segurava um bebê nos braços com os seus quatro filhos observando. Era esse o traficante que estava lá, Marcos, era esse o traficante que estava mandando na Prefeitura. O cara mandou matar, o traficante mandou matar uma mulher grávida, com filho na mão, na presença de seus 4 filhos, esse é o tipo de gente que está *Mandare*, mandando na Prefeitura de João Pessoa. Eu quero aqui investigação profunda, a fundo, esse tipo de gente não pode constar na Prefeitura de João Pessoa e todos os vereadores aqui que forem contra isso estão correndo risco de vida, e não quero saber, o meu papel é defender João Pessoa e o povo de João Pessoa, as mães e os filhos de João Pessoa, é inadmissível. Agora, isso tudo comunga com uma coisa, se o governo federal recebeu, a dama do tráfico custeada pelo governo federal, aí saiu de baixo ó, do governo federal, do governo de Lula e da esquerda até aqui a Prefeitura de João Pessoa, quicá do Governo do Estado, não queremos esse tipo de gente aqui, vamos até a fundo, e traficante é na cadeia, não é da Prefeitura de João Pessoa, não”.

Em aparte, o Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Vereador Carlão, você estava indo bem, mas eu vou lhe dizer uma coisa, tem nada a ver uma coisa com a outra, muito pelo contrário, sabe quem é que manda na Polícia Federal? O governo central, aliás, não manda, ele dá independência, e se está acontecendo isso é porque a Polícia Federal está tendo independência para tal. O governo Lula não compactua com isso. Então, eu acho que essa denúncia, isso que está acontecendo aqui hoje, que está sendo trazido aqui é uma preocupação que vossa excelência está coberto de razão, mas só para esclarecer que se a gente tem investigação, hoje, é porque a Polícia Federal é independente e não se compactua com isso, nem deve se compactuar, deve esclarecer e apurar os fatos que foram trazidos e que é motivo de preocupação para a democracia, para nossa política e também, principalmente, para o serviço público”.

Retomando a palavra, o orador, Sr. vereador Carlão Pelo Bem, disse: “Eu vou concluir dizendo que o meu descontrolado e o meu desespero é com o absurdo que a gente pode estar falando. Eu me desespero porque eu falei aqui há um ano, um ano e meio atrás sobre isso e a Prefeitura não fez nada, resultado, tá aí, a Polícia Federal na porta. Eu falei aqui na tribuna que sejam tomadas providências urgentes e urgentíssimas. E eu quero dizer aqui só mais uma coisa porque a gente está falando de máquina de estado contra o povo de João Pessoa. Aí, eu quero falar da máquina federal que diante de um grande absurdo do Rio Grande do Sul que deveria estar sendo unido aí, o estado federal, o governo do PT, da esquerda, se unir com os habitantes do Rio Grande do Sul tentando salvar vidas, muito pelo contrário, porque aqueles homens e mulheres que estão unidos para salvar os irmãos do Sul saindo com caminhões cheios, recebendo multas, recebendo a força pesada do estado, não permitindo que seres humanos salvem humanos, um governo federal que impede inclusive a ação dos homens e mulheres de bem. É o povo salvando o povo, não é o estado salvando o povo não, o estado sendo usado para atrapalhar salvamento de vida e de animais, é muito triste o que está acontecendo. Mas eu tenho uma resposta para isso, a resposta é a confiança que o povo de bem não tem no governo federal,



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

porque eles não fazem nada, não fizeram nada, gastaram 350 bilhões de reais, ninguém sabe nem para onde foi, não foi para o Rio Grande do Sul, é um absurdo o que a gente está vendo, minha solidariedade e minhas orações ao nosso povo do Sul”.

4 ENCERRAMENTO

Às 12h34, o Sr. Presidente, vereador Valdir Dowsley- Dinho, declarou encerrada a presente sessão, marcando a próxima em local e data regimentalmente estabelecidos.

Esta ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da Casa (*****), sob a orientação da Primeira-Secretaria da Mesa Diretora dos Trabalhos, e submete-se à apreciação plenária.

(*) Com base nos dados registrados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL – sobre a referida Sessão.

(**) De acordo com pauta emitida pelo Setor de Expediente registrada no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(***) Com base na pauta emitida pela Secretaria Legislativa e em relatórios de votação disponibilizados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(****) Com base na lista de presença do painel.

(*****) Com base nos registros de áudio dos discursos proferidos, em documentos e em reprografias remetidos ao Núcleo.

Sala das sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, aos 9 dias do mês de maio do ano de 2024.

Vereador Valdir José Dowsley – Dinho (PSD)

Presidente da Mesa

Vereador Marcílio Pedro Siqueira Ferreira –
Marcílio do HBE (REPUBLICANOS)

Primeiro-Secretário